



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005330-36.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Terrestre**
Requerente: **José Orlando Gialorenco Sanches**
Requerido: **CONECTCAR SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ELETRONICA S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que na condição de cliente da ré efetuou no dia 08/01/2017 recarga do crédito em sua conta no importe de R\$ 150,00 para poder percorrer, no dia seguinte, o trajeto de Santos para São Carlos.

Alegou ainda que tal viagem transcorreu normalmente, mas passados alguns dias recebeu notificação de multa por ter-se evadido sem realizar o pagamento de pedágio na cidade de Franco da Rocha.

Salientou que como não conseguiu resolver a pendência, almeja à condenação da ré a reembolsá-lo no montante que pagou pela infração de trânsito que lhe foi imputada, bem como à expedição de ofício ao DETRAN para que declare a invalidade da multa, cancelando a respectiva pontuação.

A ré em contestação admitiu o crédito invocado pelo autor, o que de resto está patenteado no documento de fl. 41 que ela própria coligiu aos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, esse documento comprova igualmente que no dia 09/01/2017 o autor passou pelo pedágio localizado na cidade de Rio Claro, sem qualquer intercorrência.

Soma-se a isso a circunstância de que exceção feita ao problema relatado a fl. 01 - e respaldado a fls. 04/05 - o autor na viagem que levou a cabo no dia 09 de janeiro não experimentou mais nenhum.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Isso porque não se detecta falha que pudesse ser imputada à ré no cômputo do crédito incontroversamente feito pelo autor, tanto que apenas nesse contexto se justifica a normal passagem pelo pedágio de Rio Claro.

Não houvesse a ré tomado em conta o crédito aludido, certamente a anotação estampada a fl. 41 não teria lugar, além de receber o mesmo outras notificações por infrações semelhantes.

Reconhece-se a falta de base para afirmar por qual razão sucedeu a multa de fls. 04/05, não se podendo afastar a perspectiva de erro por parte do leitor existente na praça onde tudo se passou.

Independentemente disso, porém, pode-se afirmar com segurança que não há lastro a amparar a ideia de que a ré incorreu em falha, de sorte que se afasta a postulação vestibular.

Por oportuno, ressalvo que mesmo que a solução do processo fosse diferente não se poderia cogitar da declaração da invalidade da infração em apreço e do cancelamento da correspondente pontuação, porquanto, não figurando o DETRAN como parte na relação processual, não poderia ficar sujeito ao que for aqui definido.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 07 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA